

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A corrida de Lula

Embora o ex-presidente lidere todos os cenários eleitorais, os petistas têm um certo receio de que esses 45% registrados na pesquisa Genial/Quaest sejam apenas um “recall” e que, quando Lula começar a “apanhar” dos adversários com mais força — como fez Bolsonaro, que tem 23%, no evento de ontem no Planalto —, tudo fique mais difícil. Aí, a largada de 45% poderá aparecer como um teto complicado de ultrapassar.

Sem volta

Se for para ser candidato ao Senado numa chapa encabeçada por ACM Neto, o ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos), deve terminar concorrendo mesmo a uma vaga de deputado federal. É que, dizem aliados dele, aceitar uma candidatura ao lado de Neto, hoje, seria retornar para a aba do ex-prefeito, e o Republicanos prefere que Roma continue como uma promessa para o futuro. Hoje, avaliam alguns, o ministro já adquiriu luz própria.

Até eles

A inflação de 7% nos Estados Unidos, a mais alta desde 1982, será amplamente divulgada pelo governo para mostrar que o aumento de preços é geral e não exclusividade da economia brasileira. A ideia é deixar claro que o ministro da Economia, Paulo Guedes, não é o culpado pela inflação por aqui.

Por falar em inflação...

Os 10,06% vão pressionar ainda mais o governo a reajustar salários das mais diversas categorias. Na Receita Federal, por exemplo, agora são os analistas tributários que deflagram operação-padrão.

Os principais inimigos

Dentro do governo, a avaliação é de que a inflação consiste, hoje, no adversário mais feroz aos planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Associado ao discurso antivacina — que embaça o fato de o governo comprar imunizante para todos —, o aumento dos preços é o que mais afeta a população pobre. Por isso, a ordem, daqui para a frente, é cuidar de trabalhar para melhorar a sensação das pessoas de que o governo tem feito o que pode para aliviar a situação dos brasileiros. De quebra, virá ainda o discurso de que os “ataques de nervos” do presidente da República se devam a querer fazer mais e estar com as mãos atadas. Se vai funcionar, cabe ao eleitor decidir em outubro.

O discurso de Bolsonaro, durante lançamento do crédito para aquicultura e pesca, já foi nesse sentido. Ele aproveitou, também, para reforçar a polarização com Lula, ao citar que a turma que roubou quer voltar ao governo, com Geraldo Alckmin.

No momento em que citações sobre adversários entram em discursos oficiais no Planalto, fica difícil retirar.



CURTIDAS

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



A la Russomanno não dá/ Uma turma de São Paulo teme que Lula repita o que sempre ocorre com o deputado Celso Russomanno (foto) na corrida pela prefeitura da capital paulista. Ele começava a disputa lá em cima nas pesquisas e, quando a campanha tinha início, de fato, derretia aos poucos.

Feliz ano velho/ Em março de 2020, um dos problemas do Brasil era a baixa testagem da população. Agora, dada a falta de insumos para produção de testes, a escassez se repete.

Bom começo/ É assim que muita gente avalia os primeiros passos do ministro André Mendonça no Supremo Tribunal Federal. A perspectiva de aposta na decisão colegiada para o caso do fundo eleitoral, em vez do vício monocrático adotado por muitos ministros, foi considerada uma boa largada por juristas.

No mais, é de praxe/ Quanto ao pedido de informações a respeito do fundo eleitoral, com base numa reclamação do partido Novo, tão destacada nas redes sociais como uma “cobrança de explicações”, o despacho não passa de uma tramitação normal dos processos.

PODER

Fundo eleitoral deve ir a plenário

Mendonça indica que levará à avaliação dos demais ministros do Supremo a ação do Novo contra o valor destinado às campanhas

» LUANA PATRIOLINO

No primeiro despacho como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça pediu ao Planalto e aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), explicações sobre o aumento do fundo eleitoral para o pleito deste ano. A resposta, segundo o documento, tem de ser dada no prazo de cinco dias.

O caso deve ser avaliado por todos os ministros do Supremo, conforme deixou implícito o novo ministro, relator da ação. “Em homenagem à segurança jurídica a ser necessariamente promovida pela jurisdição constitucional, assim como diante da relevância do acesso aos recursos do FEFC (Fundo Especial de Financiamento de Campanha) no âmbito da decisão pela migração partidária e da igualdade de chances no pleito eleitoral, demonstra-se recomendável que esta Corte aprecie de maneira colegiada o pleito cautelar aqui apresentado antes dos marcos temporais supracitados”, escreveu.

Mendonça atendeu a um pedido do partido Novo que argumenta que os R\$ 5,7 bilhões destinados a financiar as campanhas eleitorais deste ano não apresentaram fonte de custeio. Para a sigla, o valor anterior, de R\$ 2,1 bilhões, deveria ser mantido também para este pleito.

Além do Congresso e do presidente, o ministro determinou que o caso seja enviado para apreciação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Advocacia-Geral da União (AGU) e, em seguida, retorne para conclusão.

A ação foi movida pelo Novo um dia antes de o presidente Jair Bolsonaro (PL) promulgar o texto

que prevê o repasse a partidos e candidatos. No final do mês passado, o presidente do STF, Luiz Fux, negou um pedido de urgência para a análise do caso, por conta do recesso do Judiciário.

Segundo o Novo, além de não apresentar fonte de recursos, a proposta “escancara a intenção pessoalista dos parlamentares em simplesmente aumentar os recursos disponíveis para as suas campanhas eleitorais às custas do Erário”.

Em dezembro, às vésperas do recesso legislativo, o Congresso derrubou o veto de Bolsonaro e abriu caminho para o aumento das despesas de campanha. A sigla diz que deputados e senadores invadiram uma competência do presidente, a quem cabe enviar a proposta de Orçamento, incluindo os critérios para o cálculo do fundo eleitoral.

“Espero que haja uma decisão urgente sobre o assunto e que o aumento do fundo declarado inconstitucional. Consideramos essa aprovação uma imoralidade e feita por meio de mudanças de regras no apagar das luzes dos trabalhos legislativos”, disse o presidente do Novo, Eduardo Ribeiro.

Recursos

A aprovação, em dezembro, pelo Congresso dos valores dos fundos eleitoral e partidário garantiu às legendas um montante inédito de recursos públicos em 2022. Um total de R\$ 5,96 bilhões ficará à disposição dos partidos para o financiamento das campanhas e o custeio das agremiações. Esse valor é a soma das duas reservas financeiras e representa um aumento de 92,5% em relação a 2018, em valores corrigidos pela inflação. (Com Agência Estado)

Rosinei Coutinho/STF



Senadores querem ouvir governo antes de CPI

Os senadores que integram o Observatório da Pandemia, criado após a CPI da Covid, querem ouvir especialistas e o governo sobre o apagão de dados do Ministério da Saúde antes da abertura de uma nova comissão. A estratégia é realizar uma reunião pública, ainda neste mês, para expor a apuração.

O assunto foi discutido durante encontro entre integrantes do observatório, na noite de terça-feira. “É muito estranho: na hora que se decide exigir o passaporte da vacina, misteriosamente, sair do ar o sistema que tem os dados de quem foi vacinado”, disse

o senador Omar Aziz (PSD-AM), que presidiu a CPI em 2021 e comanda o observatório. A Frente Parlamentar do Observatório da Pandemia de Covid-19 tem 11 integrantes e é composta por senadores que atuaram na CPI de forma crítica ao governo. O grupo foi criado para acompanhar os desdobramentos da comissão, que terminou em outubro, com o pedido de indiciamento do presidente Jair Bolsonaro e de outras autoridades ligadas ao chefe do Executivo.

A invasão aos sistemas do Ministério da Saúde atingiu

plataformas como e-SUS Notifica, Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) e também o ConecteSUS, que fornece o comprovante de vacinação. Embora tenham voltado a operar, alguns sistemas permanecem instáveis, o que tem dificultado o abastecimento e a consulta de informações. O caso é investigado pela Polícia Federal.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou, na terça-feira, um pedido para instalação de uma nova CPI e tenta coletar as 27 assinaturas necessárias, em uma estratégia para emplacar

outra investigação contra o governo. Além da adesão mínima, a abertura de uma nova comissão depende de decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Relator da comissão que terminou com o indiciamento de Bolsonaro, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) manifestou apoio à abertura de outra apuração. “Apoio a nova CPI. Há fatos novos e determinados: boicote à vacinação infantil, apagão de dados no MS (Ministério da Saúde), tocado por um sabujo, além da explosão de casos”, disse o parlamentar.

Saiba mais

Distorções

O fundo eleitoral foi criado em 2017, depois que o Supremo Tribunal Federal proibiu o financiamento empresarial das campanhas — no entendimento dos ministros, essa fonte de recursos causava distorções ao processo eleitoral e permitia que empresas usassem as doações para mascarar o pagamento de propina via caixa 2.

Mendonça deu prazo de cinco dias para governo e Congresso explicarem aumento do Fundo